



Projeto de Lei Complementar nº 03/2025

PARECER CONJUNTO

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos, Saneamento, Meio Ambiente e Pesca, reunidas na forma da parte final do art. 58 do Regimento Interno, constataram que a presente proposição, de autoria do Prefeito Alexandre de Oliveira Martins, tem por escopo alterar dispositivos da Lei Complementar nº 21, de 23 de outubro de 2008, e dá outras providências.

O objetivo da proposição é modernizar a regulação do serviço de táxi, focando em:

1. Substituir a renovação anual do Cartão de Autorização pela renovação anual do Selo Próprio afixado no veículo (Art. 61 e 62).
2. Aumentar o limite de idade veicular de 8 para 10 anos (Art. 83) e flexibilizar os tipos de veículos e combustíveis.
3. Definir melhor as regras de cadastramento e desvinculação do motorista auxiliar (Art. 63, 71, e 87).
4. Revogar o Art. 88, que tratava da afixação do selo após a vistoria, cujas disposições foram migradas para o novo Art. 61, §3º.

O Art. 79, VI, da Lei Orgânica Municipal (LOM) confere ao Prefeito a competência privativa para "dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei".

A regulamentação do serviço de táxi (Art. 57 e Art. 58 da LC 21/2008) é um ato de gestão administrativa e poder de polícia, reservado ao Executivo, sendo certo que não há inconstitucionalidade por vício de iniciativa, uma vez que a autoria da proposição é do Chefe do Poder Executivo.

O conteúdo do projeto visa alterar normas de controle e gestão veicular e de pessoal (motoristas auxiliares).

A mudança na sistemática de renovação (do Cartão de Autorização para o Selo Próprio) é uma alteração de procedimento administrativo interno para facilitar a fiscalização e a gestão do serviço. Por ser de iniciativa do Executivo, essa simplificação é plenamente constitucional e se insere na sua capacidade de auto-organização.

A elevação da idade máxima da frota de 8 para 10 anos e a inclusão de diferentes combustíveis são atos de regulamentação do serviço e de interesse local (Art. 30, I, CR). O Art. 83 original já estabelecia limites de idade veicular. A alteração busca modernizar a frota e está dentro do poder regulatório do Município.

As alterações definem melhor as regras de desvinculação e renovação do cartão do motorista auxiliar, garantindo a rastreabilidade e a fiscalização, o que é um exercício legítimo do poder de polícia do Município sobre a atividade (Art. 58).

A revogação expressa do Art. 88 e a migração de seu conteúdo para o novo Art. 61, §3º, é um ato de técnica legislativa para consolidar a matéria em um único local, sendo constitucional.

No que tange ao mérito, não se vislumbra qualquer óbice à aprovação da matéria, notadamente por buscar desburocratização do licenciamento do serviço de transporte privado de interesse público.

Por fim, foram respeitadas as técnicas de redação legislativa, previstas na Lei Complementar nº 95/98.

Pelo exposto, opinamos, por unanimidade dos votos, nos termos do 42 do Regimento Interno, pela aprovação da matéria. É o Parecer.

Armação dos Búzios, 25 de novembro de 2025.

CCJR	COSPSMP
Felipe Lopes	 Raphael Braga
 Aurélio Barros	 Aurélio Barros
 Raphael Braga	Felipe Lopes